



HABITAÇÃO, CIDADE, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono
2º CIHEL - LNEC - LISBOA - PORTUGAL - 13 A 15 MARÇO 2013

MORFOTIPOLOGIAS HABITACIONAIS A NÍVEL NACIONAL: PARA UMA POLÍTICA DE HABITAÇÃO TERRITORIALIZADA

Housing typology at national level: a search for a territorialized housing policy

Teresa Sá Marques¹ Fátima Loureiro de Matos² Paula Guerra³ e Diogo Ribeiro⁴



Prof. Teresa Marques

FLUP/CEGOT

Porto - Portugal

Prof. Fátima Matos

FLUP/CEGOT

Porto - Portugal

Prof. Paula Guerra

FLUP/ISFLUP

Porto - Portugal

Mestre Diogo Ribeiro

FCT/FLUP

Porto - Portugal

¹Geógrafa, FLUP, CEGOT, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, teresasamarques@gmail.com

² Socióloga, FLUP, ISFLUP, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, mariadeguerra@gmail.com

³ Geógrafa, FLUP, CEGOT, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, f.l.matos@sapo.pt

⁴ Geógrafo, Bolseiro FCT/FLUP, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, mrcotgeo@gmail.com

Palavras-chave: Portugal, Problema da Habitação, Política Habitacional, Território, Qualidade de Vida, Morfotipologia, análise de Correspondências Múltiplas

Resumo

Portugal, apesar de ser um país de pequena dimensão, apresenta uma grande diversidade em termos de dinâmicas e características sócio habitacionais. No entanto, as políticas de habitação ensaiadas em Portugal têm sido estruturadas sobretudo considerando as problemáticas inerentes às grandes áreas metropolitanas. Neste sentido, esta pesquisa propõe-se ensaiar o desenvolvimento de uma metodologia capaz de suportar a territorialização das políticas de habitação a nível nacional, demonstrando a diversidade de configurações e espacializações da habitação em Portugal. Mais uma vez a complexidade do urbano exigiu que a pesquisa que aqui desenvolvemos situa-se em dois patamares de complementaridade metodológica: o objetivo e o subjetivo. A abordagem objetiva, procura analisar as morfotipologias habitacionais e as suas interações com as características dos contextos sociais. A morfotipologia refere-se aos padrões ou texturas espaciais, relativas aos edifícios e alojamentos (morfologia habitacional) e aos indivíduos e famílias (texturas sociais). Desta forma, esta pesquisa vai articular a inscrição, dos processos habitacionais e sociais, nos territórios. A abordagem subjetiva, concentra-se na avaliação dos contextos residenciais, procurando tipificar os problemas inerentes aos territórios e suportando-se num vasto número de apreciações individuais sobre as condições ambientais, a oferta de serviços coletivos, os transportes e a mobilidade, os espaços públicos e a imagem local, a cidadania e a governança. No fim, integra-se as duas abordagens de forma a sistematizar-se um conjunto de orientações para uma política pública integrada centrada nas condições habitacionais.

1. ABERTURA AO DEBATE

Portugal, apesar de ser um país de pequena dimensão, apresenta uma grande diversidade em termos de dinâmicas e características socio-habitacionais. No entanto, as políticas de habitação ensaiadas em Portugal têm sido estruturadas sobretudo considerando as problemáticas inerentes às áreas metropolitanas. Neste sentido, esta pesquisa propõe-se ensaiar o desenvolvimento de uma metodologia capaz de suportar a territorialização das políticas de habitação, metodologia essa capaz de expressar um contexto de profunda mudança alicerçado nas crescentes complexidades dos modos de vida [1] e nas transformações relevantes nos modelos de intervenção política no espaço habitacional, bem como na crise que se abate sobre o mundo desenvolvido em geral [2]. Isabel Guerra identifica as tendências recentes que atravessam o mercado habitacional em Portugal, a saber, a procura e relevância da habitação individual de iniciativa privada, a persistência de habitação precária designadamente em torno das grandes metrópoles, uma inelutável opção pela posse da casa em regime de propriedade e a insuficiência de uma oferta pública de habitação [3].

A habitação é, sem dúvida a expressão mais imediatamente visível da condição social das populações. No limiar do século XXI, o combate às condições degradantes de habitação [4], que ainda existem, como por exemplo, os edifícios em ruína, os bairros sociais degradados, as habitações sobrelotadas, os alojamentos onde não existem as infra-estruturas básicas, os fogos sem as mínimas condições de habitabilidade, pode representar, entre outros, um passo essencial para a coesão social. A problemática da habitação não pode reduzir-se a um simples problema de desequilíbrio entre a oferta e a procura. A questão é mais complexa. A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a sua própria identidade e a sua função social [5]. As condições habitacionais, particularmente, a insalubridade e a falta de alojamentos condignos para certos segmentos populacionais, constituem graves problemas que afetam a população, sobretudo, em períodos de crise económica ou de grandes mutações territoriais.

2. A CONSTITUIÇÃO DE UM “MAL-ESTAR HABITACIONAL”

O alojamento ressurgiu nestes últimos anos como um tema central da atualidade social, económica e política. Os problemas existentes serão verdadeiramente novos, diferentes, mais graves? Ou, pura e simplesmente, estamos perante os mesmos problemas, que sob formas variadas, não deixam de reaparecer? Ou essas dificuldades são antes expressão, no domínio do *habitat*, de problemas económicos e sociais que alguns analisam como um produto da crise de adaptação a um novo contexto, enquanto outros como efeitos de mutações profundas e duráveis, ou mesmo rutura? [6] Sustentamos, assim, que o espaço e a sua morfologia não têm interesse por si mesmos, com efeito, o que se reveste de real importância para esta abordagem são as relações sociais que se desenvolvem dentro deste espaço e das suas formas.

Em Portugal vários autores referem que os problemas habitacionais [7,8], resultaram em grande parte do rápido crescimento das áreas metropolitanas associado ao êxodo rural, ao retorno dos residentes nas ex-colónias portuguesas após o 25 de Abril, do prolongado congelamento das rendas (que contribuiu para a degradação do parque e sobrelotação), do surto de construção clandestina, da insuficiência de habitação social e a sua má qualidade construtiva (levando a uma rápida degradação do edificado), concentração de populações carenciadas socialmente homogéneas em bairros sociais (com consequências sociais significativas) e mais recentemente, a presença de imigrantes económicos, em que uma parte significativa destes, vivem em habitações precárias.

O conceito de “mal-estar habitacional” pode ser construído com base num conjunto de indicadores que são diversos, referem-se sobretudo a duas dimensões, os que descrevem situações de deficiência quantitativa de espaço (famílias em alojamentos não clássicos, famílias que partilham alojamentos, alojamentos sobreocupados) e os que se referem às características mais qualitativas (alojamentos sem infra-estruturas básicas, edifícios degradados a necessitar de reparação). Tendo em conta a evolução sofrida pela oferta habitacional em Portugal nos últimos 30 anos, podemos afirmar que houve um contexto de expansão da habitação e uma melhoria acentuada dos níveis de conforto, contudo ainda se detectam, a existência e persistência de uma área relativamente vasta e não residual de mal estar habitacional, no interior da qual é possível identificar uma relação forte entre problemas habitacionais e grupos sociais específicos. Neste sentido, esta pesquisa vai problematizar na sua complexidade e leitura objetiva e subjetiva:

- Os problemas do parque habitacional: os problemas estruturais do parque habitacional em Portugal podem ser traduzidos sobretudo nos níveis de sobrelotação dos alojamentos, no grau de degradação do património edificado e nas insuficiências ao nível das infra-estruturas dos alojamentos.

- As vulnerabilidades sociodemográficas: estas podem traduzir-se em vulnerabilidades sociais, tais como, a constatação de que uma fraca escolaridade da população pode condicionar as capacidades e as oportunidades dos indivíduos, em termos de rendimentos e acesso a amenidades essenciais [9]. Também a população idosa (população com mais de 65 anos, sobretudo se residir só) é mais vulnerável em termos de capacidade física e saúde. A população desempregada perde, nomeadamente, em termos de rendimentos, nível de vida e integração social. A população ativa jovem tem de responder a dois desafios que a fragilizam, procurar entrar num mercado de trabalho cada vez mais inacessível e num mercado de habitação para o qual não tem rendimentos suficientes.

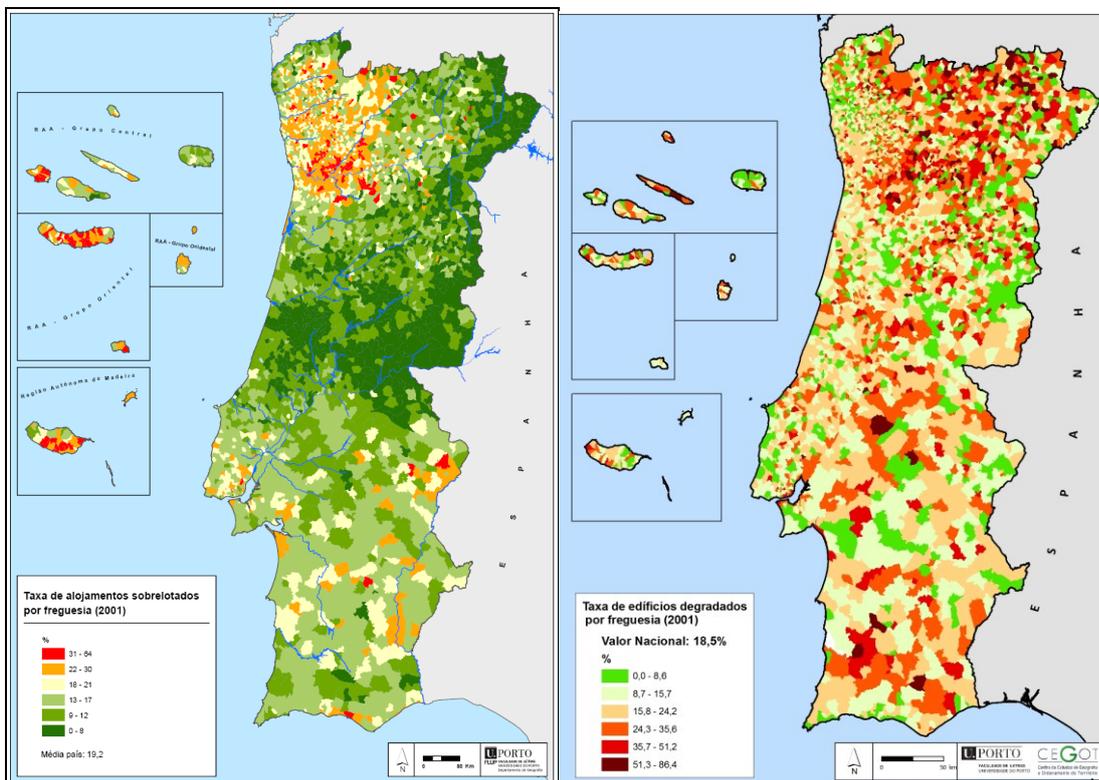
Para a operacionalização destas duas dimensões utilizam-se os dados censitários, desenvolvendo-se uma abordagem focada na exploração das diferenças e especificidades territoriais, ao nível das freguesias para o território nacional. Uma análise multivariada aplicada a este corpo de indicadores permitiu uma abordagem integrada, que tipifica os territórios em função destes dois vetores analíticos. Posteriormente, para aprofundar esta pesquisa juntamos uma dimensão subjetiva. Interessa refletir de que forma os indivíduos avaliam o seu entorno habitacional, onde se definem as amenidades locais que influenciam a qualidade de vida do indivíduo. Assim, interessa perceber em que medida o espaço envolvente à habitação se revela uma determinante condicionadora da qualidade de vida dos indivíduos. A informação de base utilizada foi obtida através de um inquérito realizado à escala nacional envolvendo uma amostra de 2330 indivíduos. O inquérito foi aplicado em 2002-3¹ e a população alvo foi constituída por agregados familiares com filhos no 3.º ciclo do ensino básico. A amostra está segmentada regionalmente e tem em consideração diferentes contextos territoriais (áreas urbanas consolidadas, tecidos urbanos periféricos, áreas de baixa densidade, áreas urbano-industriais, etc.). A abordagem aqui desenvolvida é suportada em técnicas multivariadas de análises de dados, análise de correspondências múltiplas, tendo sido construídos grupos/perfis de avaliação qualitativa relativamente aos diferentes locais habitacionais.

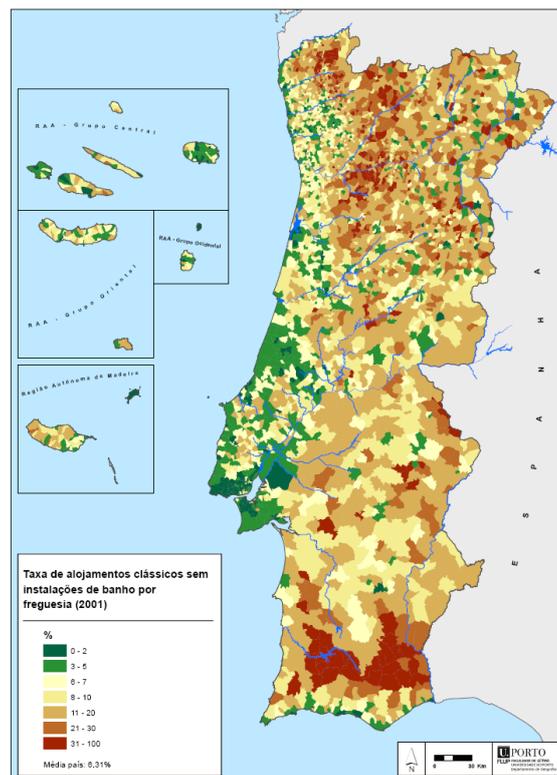
3. UMA ABORDAGEM OBJETIVA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DOS PROBLEMAS HABITACIONAIS FACE AOS CONTEXTOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS

Em Portugal mais de meio milhão de fogos estão sobrelotados, quase meio milhão dos edifícios necessitam de reparações (médias ou grandes) ou estão muito degradados, mais de duzentos mil fogos não possui instalações de banho ou duche e cerca de 50 mil não tem água canalizada no alojamento. Os fogos sobrelotados localizam-se sobretudo em áreas densamente povoadas e com fracos níveis de qualificação e de recursos económicos, nomeadamente no Noroeste português, destacando-se a NUTS III Tâmega. É de salientar, igualmente, algumas freguesias do arquipélago da Madeira e dos Açores. A concentração geográfica deste problema é evidenciada nas Figuras 1, o que agrava a dimensão deste problema. Prospectivamente, devemos no entanto referir, que a dimensão dos agregados familiares está a diminuir drasticamente o que contribui para uma diminuição natural deste problema. A relativa juventude do parque habitacional português não impede uma forte degradação do edificado. Naturalmente que a degradação física afeta sobretudo os edifícios mais antigos e, por isso, o estado de degradação domina nas áreas com uma estrutura edificada mais antiga, ou seja, nos centros históricos, nomeadamente, de Lisboa e Porto, salientando-se, igualmente, alguns centros urbanos do interior Norte, do Alentejo e do Algarve. Em termos relativos a degradação do parque é aparentemente mais grave em Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se destacam várias freguesias. Na Madeira e nos Açores, algumas freguesias possuem um parque relativamente muito degradado. Prospectivamente, dada a fraca qualidade de construção nos últimos trinta anos, este problema vai claramente agudizar-se nos próximos anos.

¹ Questionário aplicado no âmbito do Projeto *Representações do Território* (2002-3). Testamos a metodologia com informação de 2001, dado não estar ainda disponível o Censo de 2011 à data da escrita deste artigo.

Portugal nas últimas décadas melhorou consideravelmente as condições de habitabilidade essenciais (água, saneamento, eletricidade e instalações sanitárias), contudo, ainda existem situações de desconforto habitacional, particularmente, as relativas às instalações de banho ou duche ou em matéria de conforto térmico (aquecimento dos fogos nas estações mais frias). A nível territorial, em termos de insuficiências em matéria de instalações de banho ou duche no alojamento, existem algumas concentrações geográficas deste problema. As piores situações ocorrem, sobretudo, nas freguesias rurais, do norte e centro interior, no Alentejo e Serra Algarvia (Figuras 1). Prospectivamente, os problemas inerentes às condições de conforto habitacional vão-se afirmar na próxima década. Depois de termos passado quase três décadas com políticas públicas facilitadoras do investimento imobiliário, que independentemente dos seus impactos negativos contribuíram para melhorar o acesso à habitação da população portuguesa, na próxima década as políticas públicas vão incentivar a reabilitação do edificado, o conforto térmico e a qualidade habitacional. Analisar estas questões em termos relativos (por freguesia ou por concelho), pode esconder a dimensão absoluta de alguns destes problemas. Em termos absolutos, estes problemas mostram outras geografias, evidenciando a grandeza destas questões nas áreas urbanas. Assim, o número de alojamentos sobrelotados, degradados e insuficientemente infra-estruturas localizam-se predominantemente nas áreas metropolitanas.

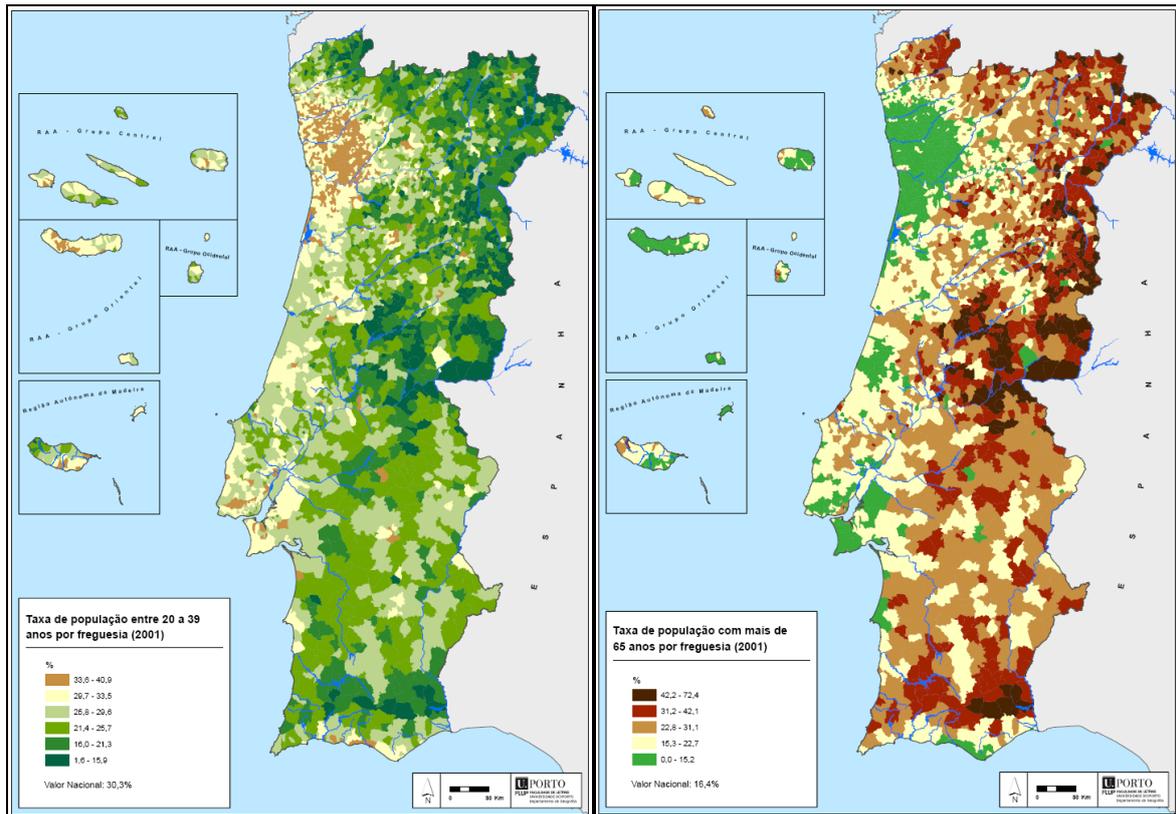




Fonte: INE, Censo de 2001

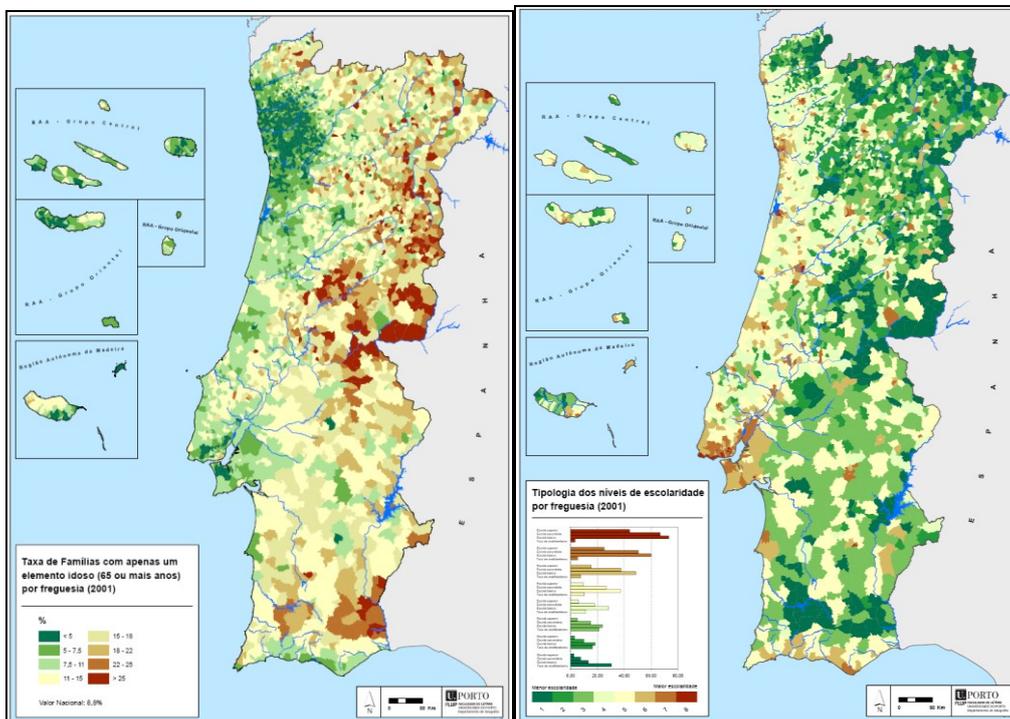
Figuras 1: Problemas do parque habitacional: sobrelotação; degradação; desconforto habitacional

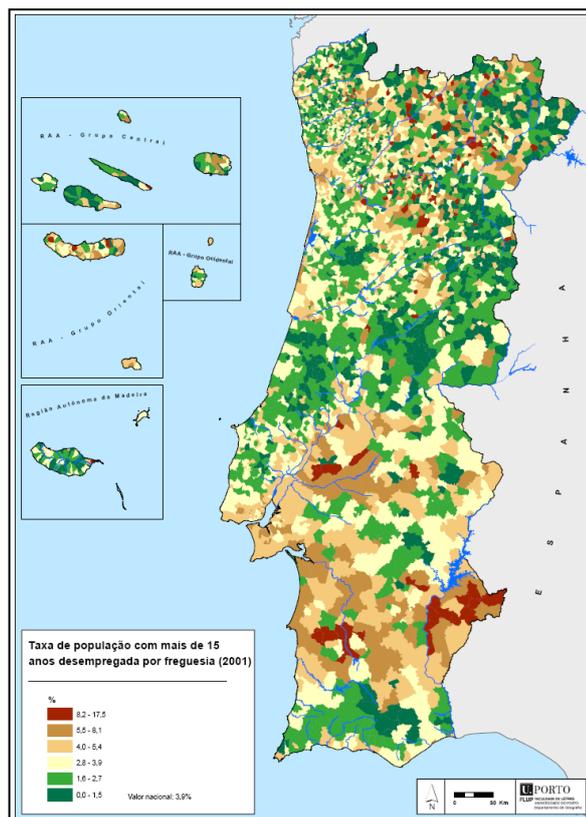
As vulnerabilidades sociodemográficas mais relevantes incidem no agravamento do envelhecimento da população portuguesa que é praticamente comum à generalidade do território nacional. Assim, o envelhecimento da população deixou de ser um fenómeno típico das áreas do interior despovoado e alastra-se a todo território, e exprime-se com maior intensidade em alguns territórios - nos centros das cidades, nas áreas rurais de baixa densidade do interior e nas áreas de montanha (Figuras 2). Quanto aos idosos que vivem sozinhos, verifica-se que as freguesias do interior são as que apresentam os valores mais elevados, sendo o isolamento social e geográfico mais grave para aqueles que residem nestes territórios despovoados, dada a sua maior vulnerabilidade à pobreza e menor acessibilidade aos equipamentos e serviços (Figuras 3). Em termos de níveis de escolaridade só as áreas urbanas se evidenciam com níveis de escolaridade mais altos, logo uma extensa área do país é povoada com população com baixos níveis de qualificação, com fortes consequências nos níveis dos rendimentos e na dificuldade de acesso a novas oportunidades de vida. A população desempregada apresenta uma geografia que privilegia as duas regiões metropolitanas mas também as áreas de baixa densidade, nomeadamente o Alentejo (Figuras 3). Em termos prospetivos, a geografia da população mais jovem evidencia a necessidade de refletir a entrada no mercado de habitação de uma população que está massivamente a ser excluída do mercado de trabalho, e por isso com dificuldades económicas e sem capacidade de aceder a uma habitação autónoma. A geografia da localização residencial da população imigrante privilegia a área metropolitana de Lisboa e a região do Algarve, com destaque para a população oriunda dos PALOP's que mostra uma preferência metropolitana. A fragilidade em termos das qualificações da população oriunda dos PALOP's aumenta a vulnerabilidade deste grupo social.



Fonte: INE, Censo de 2001

Figuras 2: Características sociodemográficas: população jovem e idosa





Fonte: INE, Censo de 2001

Figuras 3: Características sociodemográficas

3.1 Uma leitura de síntese do espaço habitacional

De forma a sistematizar as duas dimensões desta abordagem objetiva, construiu-se uma base de dados com vinte e um indicadores (quadro 1), à qual se juntou um indicador de contexto territorial, procurando exprimir a estrutura social e económica de cada freguesia [10].

Quadro 1: Lista de indicadores de caracterização do espaço habitacional

Problemas habitacionais	Indicadores relativos ao total da freguesia	taxa de alojamentos sobrelotados, taxa de degradação do edificado, taxa de alojamentos sem água no alojamento, taxa de alojamentos sem duche e banho, taxa de alojamentos em "bairros sociais", taxa de alojamentos vagos.
	Indicadores relativos ao total do país	% de alojamentos sobrelotados, % de alojamentos degradados, % de alojamentos sem água no alojamento, % de alojamentos sem duche e banho, % de alojamentos em "bairros sociais", % alojamentos vagos.
Vulnerabilidade social	Indicadores relativos à freguesia	taxa de população com mais de 65 anos, taxa de desemprego, taxa de população com ensino superior, taxa de famílias constituídas só por idosos, taxa de imigrantes.
Outros indicadores de caracterização	Indicadores relativos à freguesia	taxa de arrendatários, taxa de proprietários, taxa de população ativa-jovem (20 aos 39 anos), idade média do edificado

Para a identificação de associações e similaridades entre as variáveis, de forma a reconhecer grupos homogéneos (agregação de unidades geográficas - freguesias) que possam representar os diferentes perfis

geográficos, aplicou-se a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) ao conjunto de indicadores referidos². A partição dos grupos de freguesias e a identificação dos perfis geográficos resultaram, posteriormente, da interpretação do dendrograma³ que foi derivado da classificação hierárquica da similaridade existente entre as freguesias (comportamentos semelhantes para as variáveis medidas). Da observação das melhores partições automáticas, foi selecionada uma partição em 6 grupos/perfis, de forma a representar de forma adequada a diferenciação geográfica existente na amostra de dados. Os resultados são apresentados e descritos a seguir (Figuras 4 e 5).

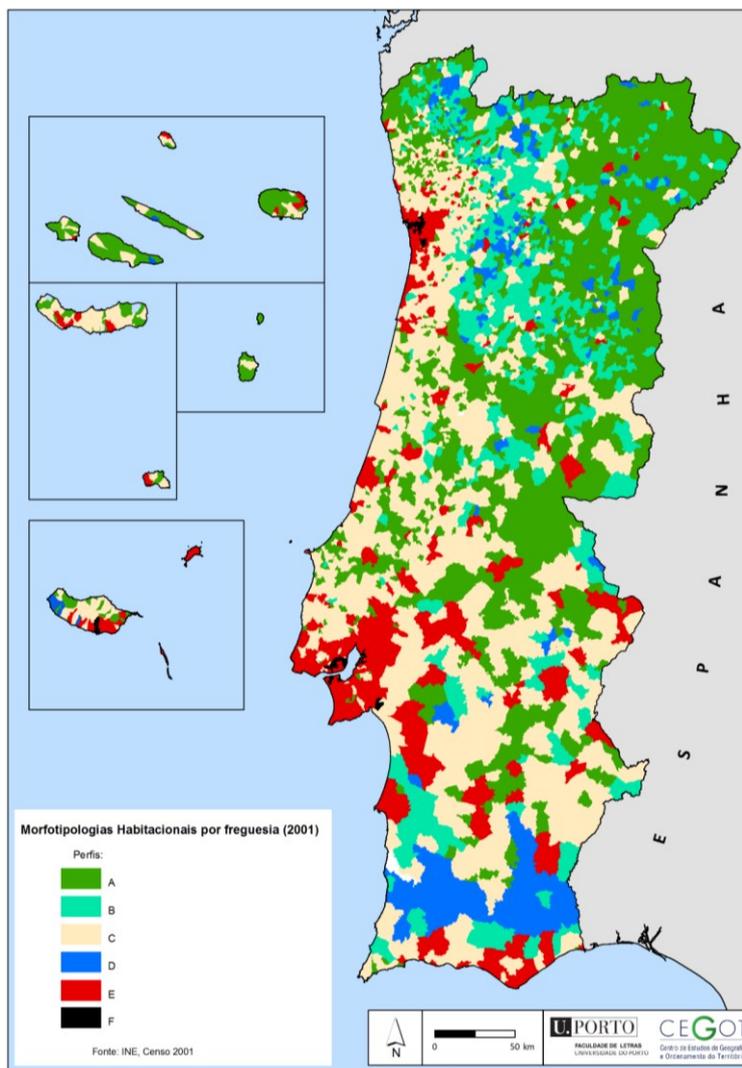


Figura 4: Morfotipologias habitacionais a nível nacional

² Este método estatístico é adequado a uma abordagem simultânea de múltiplos indicadores e ao tratamento de variáveis qualitativas (neste caso, a variáveis quantitativas categorizadas). A técnica assume as modalidades das variáveis, sendo que duas unidades geográficas (neste caso, freguesias) são consideradas parecidas se tiverem um número bastante razoável de modalidades comuns.

³ O dendrograma consubstancia-se numa representação gráfica que fornece uma ideia do número de classes estatísticas existentes na população, bem como da proximidade entre os indivíduos agregados em classes diferentes.

Em termos de problemas habitacionais, identificaram-se 3 panoramas habitacionais, onde se enquadram diferentes perfis territoriais:

1. Territórios que concentram em termos absolutos os principais problemas habitacionais em Portugal, localizam-se nas duas áreas metropolitanas e na grande maioria dos centros urbanos (figura 4 – perfil E e F). Nestes territórios há um grande número de alojamentos sem banho ou duche, fogos sobrelotados, edifícios degradados e muitos alojamentos vagos.
2. Um segundo panorama habitacional evidencia os territórios onde em termos relativos os problemas habitacionais são bastante significativos (figura 4 - perfis B e D). Aqui existem problemas de degradação do edificado e insuficiências graves ao nível das infra-estruturas (alojamentos sem água e duche).
3. Um terceiro panorama habitacional mais equilibrado, onde os problemas são menos graves em termos absolutos e relativos (figura 4 - perfil A e C). A grande maioria do território português enquadra-se neste panorama.

Refletindo a estrutura social, os Perfis A, B e D mostram-se mais vulneráveis. São residentes normalmente proprietários da sua habitação, com uma estrutura etária bastante envelhecida, com menor escolaridade, e onde um grande número de idosos vive sozinho. Os Perfis C, E e F exigem populações com estruturas etárias mais jovens e mais escolarizadas.

Cruzando as estruturas habitacionais com as sociais, verificamos que há territórios duplamente fragilizados (figura 4 – perfis B e D).

O **Perfil A** integra um vasto território, freguesias localizadas no interior norte e centro de Portugal. São territórios rurais de baixa densidade, com uma estrutura social bastante vulnerável (residentes com baixos níveis de escolaridade e com uma estrutura etária idosa, onde há uma forte presença de idosos a residir sós). Esta fragilidade social vem associada a alguns problemas nas infra-estruturas (fogos sem banho). Por sua vez, no **Perfil B** os problemas habitacionais manifestam-se claramente através da forte presença dos fogos sem banho ou duche e da degradação do edificado. Este perfil domina na “dorsal interior” do noroeste português estendendo-se para o interior na região centro.

O **Perfil C** integra um vasto território de norte a sul do país, desde áreas de baixa densidade até áreas urbanas de povoamento e indústria difusa. Em termos habitacionais nestes territórios não há graves problemas a registar. Há uma forte presença de alojamentos ocupados sobretudo pelos proprietários, em edifícios relativamente recentes.

O **Perfil D** exhibe um parque habitacional com alguns problemas nas infra-estruturas de água e com fogos com pouco conforto (fogos sem duche ou banho) num edificado antigo e degradado. Os fogos são normalmente ocupados pelos seus proprietários. A estrutura social é vulnerável, com um domínio de populações idosas e famílias constituídas só por idosos. Este perfil marca a Serra Algarvia.

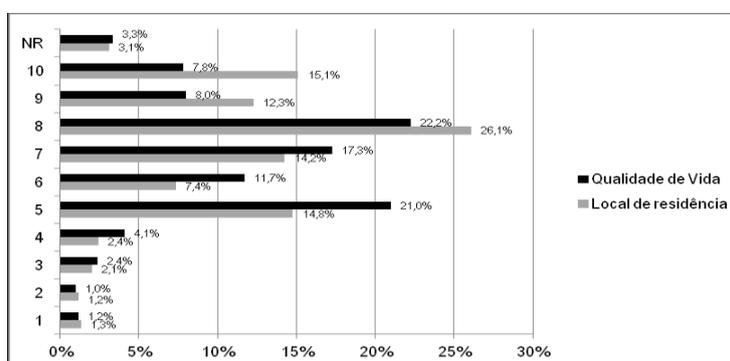
Os **Perfis E e F** concentram, como já referimos, em termos absolutos os principais problemas habitacionais do país. O **Perfil E** integra 9% das freguesias, domina nas periferias urbanas e metropolitanas e também nas áreas urbanas consolidadas. Assim, alojamentos sobrelotados e degradados, fogos sem banho ou duche e alguns problemas nos bairros sociais evidenciam que as áreas urbanas portuguesas concentram um grande número de alojamentos com graves problemas habitacionais. O **Perfil F** integra 1% das freguesias. Este perfil tem características semelhantes ao **Perfil E**, mas diferencia-se por um maior peso de alojamentos sobrelotados, de fogos vagos e de alojamentos em bairros sociais. Em termos relativos pronuncia-se a degradação, a sobrelotação, e a taxa de alojamentos em bairros sociais.

4. UMA ABORDAGEM SUBJETIVA: AS REPRESENTAÇÕES DA SATISFAÇÃO COM O ESPAÇO RESIDENCIAL

A valorização do local de habitação irá depender do valor atribuído pelos indivíduos aos atributos espaciais, originando diferentes perfis de satisfação consoante a avaliação declarada. Assim, os atributos locais são valorizados de forma diferente pelos diferentes indivíduos. Para avaliar a satisfação relativamente ao local de

residência foram considerados os seguintes domínios analíticos: condições ambientais; serviços e equipamentos; transportes e mobilidade; espaço público e imagem local; cidadania e governança (Quadro 3).

Os inquiridos têm um alto grau de satisfação com o seu local de residência (figura 6). Numa escala de 1 a 10, apresentam uma média de 7,3, com frequências muito elevadas para as pontuações 8 (26,1%), 9 (12,3%) e 10 (15,1%). As avaliações negativas (abaixo de 5) são muito pouco significativas (7%), ainda que 14,8% dos inquiridos avalie de uma forma sofrível o local residencial (pontuação 5). Comparativamente, o grau de satisfação com a qualidade de vida atinge uma média inferior (de 6,7), com frequências significativas para as pontuações 5 (21%), 8 (22,2%) e 7 (17,3%). Assim, os níveis de satisfação relativos ao local de residência atingem níveis mais elevados de avaliação, ainda que os dois indicadores mostrem comportamentos significativamente correlacionados e relativamente altos. Contrariando o que normalmente é divulgado, a população portuguesa está muito mais sensibilizada para os problemas que comprometem a qualidade de vida das grandes cidades do que com as áreas rurais. Com a qualidade residencial nas grandes cidades, 57% está preocupada especificamente com as áreas centrais e 50% com as periferias urbanas. Relativamente às áreas rurais, só 25% dos inquiridos consideram que estão apreensivos (muitíssimo ou muito) e 48% evidenciam uma clara indiferença. São as cidades médias que têm aparentemente uma representação mais favorável na população portuguesa (Quadro 2).



Fonte: Base de Dados do Projeto "Representações Territoriais", 2002-3, CEGOT / FLUP

Figura 6: Níveis de avaliação da qualidade de vida e do grau de satisfação com o local de residência (%)

Quadro 2: Percentagem de inquiridos que consideram preocupante a qualidade de vida nos centros das grandes cidades, nas periferias das grandes cidades, nas cidades de dimensão média e nas pequenas cidades e vilas

Locais onde a qualidade de vida é mais preocupante	Centros das grandes cidades	Periferia das grandes cidades	Cidades médias	Pequenas cidades e vilas	Áreas rurais
Muitíssimo	40,9%	18,5%	0,9%	2,9%	19,7%
Muito	16,1%	31,8%	12,1%	17,6%	5,5%
Razoável	4,5%	12,4%	54,8%	7,5%	3,7%
Pouco	3,6%	16,6%	10,2%	46,7%	5,7%
Nada	17,9%	3,5%	4,8%	8,2%	48,3%
Não respondeu	17,0%	17,2%	17,1%	17,1%	17,0%

Fonte: Base de Dados do Projeto "Representações Territoriais", 2002-3, CEGOT / FLUP

Em termos de uma análise multivariada, os inquiridos manifestam-se através de diferentes perfis de apropriações sócio espaciais marcados por desigualdades de acesso e satisfação. Assim, no Quadro 3 é apresentada a caracterização de cada perfil de representação segundo as respostas declaradas. A nível global, podemos, desde logo, verificar que se identificam 8 Perfis e que cada um deles se reporta a determinados territórios.

Em primeiro lugar destaca-se o **Perfil 1** com níveis de satisfação muito elevados (corresponde a 15% dos indivíduos inquiridos). O modelo gerado sugere que os inquiridos (**Perfil 1**) vivem nas periferias urbanas consolidadas e muito populosas, nomeadamente da Grande Lisboa, e noutras áreas urbanas periféricas. Os indivíduos fazem uma autoavaliação elevada do seu nível de qualidade de vida (9, numa escala de 1 a 10), mostrando-se claramente satisfeitos com o local residencial (10) e com o tipo de vida que usufruem (muito satisfeitos). Os inquiridos estão genericamente satisfeitos com as condições ambientais, os serviços e equipamentos, os transportes e a mobilidade, os espaços públicos e a imagem local, a cidadania e a governança e as relações sociais. O **Perfil 2** está próximo do Perfil 1, mas com níveis ligeiramente inferiores nas apreciações da qualidade de vida, tipo de vida e local de residência (7 e 8). São residentes sobretudo do Grande Porto ou Grande Lisboa ou de outras áreas urbanas, que residem em áreas urbanas densas e consolidadas, podendo ser muito populosas ou despovoadas (centros de algumas cidades). Os indivíduos deste perfil estão claramente descontentes com as amenidades ambientais, nomeadamente com a qualidade ambiental na envolvência da habitação e com a oferta de espaços verdes, a recolha seletiva de resíduos e os níveis de poluição existentes. Mostram também desagrado relativamente ao civismo e à segurança pública das suas áreas residenciais e o estado de degradação dos edifícios e das ruas.

O **Perfil 3**, representado pelos residentes das áreas rurais de baixa densidade (8% dos inquiridos), exhibe ainda um nível de qualidade de vida bastante alto (9 ou 10) e estão claramente satisfeitos com o local residencial (10) e com o tipo de vida que levam. Estão predominantemente satisfeitos com o entorno ambiental e os espaços verdes existentes, a oferta de equipamentos desportivos e de recreio, a oferta de espaços públicos e o prestígio e a imagem local. Consideram que os relacionamentos sociais no âmbito da família, dos amigos e dos vizinhos são bons. A insatisfação manifesta-se no estado de conservação dos edifícios e das ruas, nos serviços de água e na limpeza dos espaços públicos e na oferta de transportes. Os inquiridos do **Perfil 4** estão bastante satisfeitos com o local de residência (8 e 9). São residentes nas áreas rurais com a agricultura em regressão (12% dos inquiridos). Agrada-lhes o ambiente envolvente à habitação, os graus de poluição e a facilidade de deslocação automóvel, conciliados com o estado de conservação das ruas, a segurança pública e o civismo. Em contrapartida, reclamam sobretudo a oferta de serviços de saúde. Há bons relacionamentos com os amigos, os colegas de trabalho e os vizinhos. Na generalidade, estes residentes afirmam um grande desinteresse pela grande maioria das amenidades locais.

No **Perfil 5**, 18 % dos inquiridos residem nas áreas rurais com a agricultura em regressão e em áreas urbano-industriais. Estão muito satisfeitos com o local onde residem (8). Agrada-lhes a oferta habitacional local, o ambiente envolvente à habitação e os espaços verdes que combinam com as facilidades de deslocação automóvel, o estado de conservação do edificado e o prestígio e a imagem do local. O civismo, a segurança pública e as condições para a intervenção cívica são também um privilégio. O **Perfil 6** manifesta-se nos residentes normalmente com o 12º Ano, das periferias urbanas, das áreas urbanas relativamente consolidadas e populosas (12% dos inquiridos). São residentes do Grande Porto, com níveis de qualidade de vida razoáveis (6) e com uma satisfação mediana relativamente aos seus locais residenciais (6, 4 ou 5). No entanto, a insatisfação é clara e dominante. Os residentes estão descontentes com a oferta de equipamentos em geral (saúde, educação, serviços sociais, etc.), os transportes e a mobilidade, as condições ambientais e os espaços públicos e a imagem local. Só estão contentes com os relacionamentos sociais e os níveis de poluição existentes.

Os **Perfis 7 e 8**, correspondem a pessoas com um nível razoável ou sofrível de qualidade de vida (1 a 5). O **Perfil 7** (10% dos inquiridos) manifesta-se em algumas áreas urbanas e nomeadamente no Grande Porto, enquanto o **Perfil 8** (10% dos inquiridos) encontra-se preferencialmente nos centros das cidades, nas áreas urbanas compactas e despovoadas. Os inquiridos do **Perfil 8** (residentes dos centros das cidades) mostram

níveis de satisfação com o local de residência muito baixos. A insatisfação manifesta-se em quase todos os domínios.

Quadro 3: Perfis de representação subjetiva do espaço habitacional

Abordagem subjetiva	1	2	3	4	5	6	7	8
Peso percentual de cada Perfil	15%	16%	8%	12%	18%	12%	9%	10%
Área de residência	Urbano consolidado populoso e Periferias metropolitanas	Periferia urbana; Urbano consolidado populoso e Centro de cidades despovoadas	Rural de baixa densidade	Rural em regressão agrícola	Rural de baixa densidade e em regressão agrícola e o Urbano Industrial	Periferias urbanas		
	Grande Lisboa e outras áreas urbanas	Grande Lisboa e Grande Porto e outras áreas urbanas	Rural	Rural	Rural	Grande Porto	Grande Porto	
Classificação do INE - freguesias	APU	APU	AMU		APR	APU		
Escolaridade		Licenciatura ou bach			4 anos de escolaridade	12 anos de escolaridade	4 anos de escolaridade	9 anos de escolaridade
Nível qualidade de vida (1 a 10)	9	7 e 8	10 e 9	8 e 7		6	3,4,5,1	2,4,5,1
Satisfação com o local de residência (1 a 10)	10	8 e 7	10	8 e 9	8	6, 4 e 5	5,3,1,4	2,,3,1,4
Nível satisfação com o tipo de vida	muito bom	Regular e muito bom	muito bom	muito bom	regular	Pouco ou regular	nada e pouco	Pouco ou nada
Oferta local de habitação	satisfeito	satisfeito		não interessa	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Oferta local de trabalho	satisfeito	satisfeito	não satisfeito		não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Condições Ambientais								
Ambiente envolvente à habitação	satisfeito	não satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Espaços verdes existentes	satisfeito	não satisfeito	satisfeito		satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Serviços de água	satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não interessa		não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Níveis de limpeza pública	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito		não satisfeito
Recolha seletiva de resíduos	satisfeito							
Níveis de poluição existentes	satisfeito	não satisfeito		satisfeito	não interessa	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Serviços e Equipamentos								
Oferta de serviços de saúde	satisfeito	satisfeito		não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito		não satisfeito
Oferta de serviços de educação	satisfeito	satisfeito		não interessa	não satisfeito	não satisfeito		não satisfeito
Oferta de serviços de apoio social	satisfeito	satisfeito		não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Oferta de comércio existente	satisfeito	satisfeito		não interessa	não satisfeito	não satisfeito		não satisfeito
Oferta de instalações desportivas	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Oferta de cultura e lazer	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Oferta de bibliotecas e museus	satisfeito	satisfeito		não interessa	não satisfeito	não satisfeito		não satisfeito
Transportes e Mobilidade								
Oferta de transportes públicos	satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	
Oferta de táxis	satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não satisfeito
Facilidades de deslocação automóvel	satisfeito			satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Espaço Público e Imagem Local								
Estado de conservação dos edifícios	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Estado de conservação das ruas	satisfeito	não satisfeito	não satisfeito	satisfeito		não interessa	não satisfeito	não satisfeito
Espaços públicos existentes	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Condições para passear a pé	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa		não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Prestígio e a imagem local	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Cidadania e Governança								
Condições para a intervenção cívica	satisfeito			não interessa	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Cívismo	satisfeito	não satisfeito		satisfeito	satisfeito	não satisfeito	não interessa	não satisfeito
Segurança pública	satisfeito	não satisfeito		satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito	não satisfeito
Relações Sociais								
Satisfação Amigos	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito
Satisfação Colegas Trabalho	satisfeito	satisfeito		satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito
Satisfação Família	satisfeito	satisfeito	satisfeito			satisfeito	não interessa	não satisfeito
Satisfação Vizinhos	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	satisfeito	não interessa	não satisfeito
Nº de domínios avaliados positivamente	30	19	10	9	12	6	0	0

5. PERSPECTIVA DE SÍNTESE

Cruzando a abordagem objetiva em torno das morfortipologias sócio-habitacionais (Figura 5) com a abordagem subjetiva (Quadro 3) à volta da avaliação das amenidades dos locais residenciais, podemos fazer um conjunto de considerações acerca da importância e urgência de uma política habitacional territorializada (Figuras 7 e 8).

ABORDAGEM OBJETIVA - Perfis do MAPA (figura 4)	Perfil A	Perfil B	Perfil C	Perfil D	Perfil E	Perfil F
Condições habitacionais (indicadores relativamente ao total do país)		--		-	--	--
Condições habitacionais (indicadores relativamente ao total da freguesia)		--		-	--	--
Condições sociais (indicadores relativamente ao total da freguesia)	--	-		--		

Figura 7: Síntese da abordagem objetiva

ABORDAGEM OBJETIVA - Perfis do MAPA (figura 4)	Perfil E	Perfis F e E	Perfil A	Perfis C e B	Perfis A, C e B	Perfil E		Perfil B
ABORDAGEM SUBJETIVA - Perfis dos Inquéritos (Quadro 3)	1	2	3	4	5	6	7	8
Nº de amenidades locais com avaliação positiva	30	19	10	9	12	6	0	0
Avaliação da Qualidade de vida (1 a 10)	9	7 e 8	10 e 9	8 e 7		6	3,4,5,1	2,4,5,1
Satisfação com o local de residência (1 a 10)	10	8 e 7	10	8 e 9	8	6, 4 e 5	5,3,1,4	2,3,1,4

Figura 8: Síntese do cruzamento da abordagem objetiva com a subjetiva

Segundo a abordagem objetiva, **os Perfis B** (no Mapa, a “dorsal interior do noroeste”) e **D** (no Mapa, a Serra Algarvia) são os que registam os maiores problemas sócio-habitacionais em termos relativos, demonstrando a necessidade da política habitacional dar prioridade a estes contextos territoriais. Os residentes declararam ter níveis de qualidade de vida sofríveis ou mesmo maus (**Perfil 8** - 1 a 5, numa escala de 10) e avaliam mal o local de residência. A abordagem subjetiva demonstra que na “dorsal interior do noroeste” deve desenvolver-se uma política territorial mais integrada, que incremente a oferta de serviços públicos da saúde, educação, apoio social, cultura, desporto e recreio, desenvolva a oferta de transportes públicos e melhore a qualidade dos espaços coletivos. **Dada a vulnerabilidade sócio-espacial, este contexto territorial é prioritário em termos de políticas públicas integradas.**

De um ponto de vista da abordagem objetiva, o **Perfil A** (Mapa), localizado predominantemente nos territórios de baixa densidade do interior norte e centro, mostra um contexto habitacional favorável, evidenciando uma vulnerabilidade social muito associada a uma população com uma estrutura etária idosa. No entanto, em termos da abordagem subjetiva (**Perfil 3**), as populações declararam possuir uma alta qualidade de vida e estão muito satisfeitas com o local de residência. **Nas amenidades territoriais, as insatisfações dirigem-se para a oferta de trabalho local e de transportes públicos, o estado de conservação do edificado e das ruas e a recolha seletiva de resíduos e a limpeza pública.**

De acordo com a representação objetiva, nas áreas urbanas (Mapa - **Perfis E e F**) imperam problemas habitacionais em termos absolutos. Isto significa que é nestes territórios que se concentra um maior número de residentes com problemas habitacionais, com alojamentos sem as infraestruturas condignas e sem os níveis de conforto mínimos (água canalizada, banho ou duche no alojamento, sobrelotação, etc.). **Assim, nesses territórios devem ser desenvolvidos estudos à escala intra-urbana de forma a serem detetadas especificamente as áreas urbanas e os estratos sociais críticos em termos sócio-habitacionais.** Em

termos da abordagem subjetiva, genericamente podemos afirmar que a qualidade de vida e as amenidades em torno da residência são bem avaliadas por 31% dos inquiridos (**Perfis 1 e 2**), mas mal por 12% (**Perfil 6**). Segundo os **Perfis 1 e 2**, há um número muito significativo de residentes com uma boa qualidade de vida, 15% estão totalmente satisfeitos com as amenidades urbanas nos arredores das suas residências (Perfil 1) e 16% (Perfil 2) declaram algumas insuficiências nas condições ambientais, no estado de degradação dos edifícios e das ruas, e no civismo e na segurança pública. No entanto, 12 % dos inquiridos residentes nas áreas urbanas declaram que têm níveis de qualidade de vida mais baixos (4 a 6) e estarem insatisfeitos com um vasto conjunto das amenidades em torno das suas habitações (condições ambientais, equipamentos, transportes, espaço públicos e imagem local, cidadania e governança).

Segundo a abordagem objetiva, um vasto território nacional mostra um relativo equilíbrio, não evidenciando graves concentrações de problemas habitacionais (Mapa - **Perfil C**). Também aqui a abordagem qualitativa segue a mesma direção (**Perfis 4 e 5**). Os residentes declaram ter uma boa qualidade de vida (7 e 8, numa escala de 1 a 10) e estarem satisfeitos com o local de residência (8 e 9). **Existem algumas insatisfações com as amenidades territoriais nomeadamente ao nível dos equipamentos (sobretudo saúde, mas também educação, apoio social, desporto, recreio e lazer), dos transportes públicos e da oferta local de trabalho.**

Assim, esta leitura do espaço habitacional empreendida parece demonstrar de forma clara a necessidade de integrar abordagens objetivas com subjetivas para avançarmos para políticas mais integradas. Além disso, o território tem claramente um papel central na integração das políticas públicas, designadamente quando entramos em consideração com a complexidade representativa da objetividade das condições de vida e do seu vivido, demonstrando a efetiva pertinência do espaço relacional da habitação num sentido sociológico e geográfico. Defendemos, tal como o fazem Jean Rémy e Lilianne Voyé [11], que a habitação tem vindo a ganhar cada vez mais importância como local de identificação da família e como local a partir do qual esta organiza a complexidade da vida quotidiana. O ser humano transformou a habitação num prolongamento do seu ser e do seu existir. O espaço habitado por excelência sendo lugar de intimidade, é um espaço de sedimentação da experiência. A casa assume-se como «objeto de afectos» em que os atores transferem para o espaço doméstico as suas emoções, valores, costumes, símbolos e gostos. Nesta sequência, o indivíduo aciona os seus processos cognitivos e emotivos, apropriando-se e reapropriando-se do espaço-casa manifestando sentimentos de satisfação ou insatisfação face ao espaço habitado [12].

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] Ascher, F. – *Metapolis – acerca do futuro da cidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- [2] Guerra, Isabel - *As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos*. Cidades, Comunidades e Territórios, 22 (2011), pp. 41 – 68, 2011. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3469>.
- [3] Guerra, Isabel - *As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos*. Cidades, Comunidades e Territórios, 22 (2011), pp. 41 – 68, 2011. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3469>, p. 43.
- [4] Purcell, Mark - *Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant*. GeoJournal, 58. p. 99–108, 2003.
- [5] Alcalá, Luis Cortés - *Malestar Urbano y Cuestión Residencial*. In Alcalá, L.C. et al, *El malestar Urbano en La Gran Ciudad*, Madrid: Talasa, 1998, p. 79-90.
- [6] Ascher, François - *Introdução La question du Logement* In ASCHER, François (coord.) *Le Logement en Questions*, Marseille: Éditions de l'Aube, 1995, p. 5-12.
- [7] Ferreira, Fonseca – *Por uma Nova Política de Habitação*. Porto: Afrontamento, 1987.
- [8] Serra, Nuno - *Estado, Território e Estratégias de Habitação*. Coimbra: Quarteto, 2002.

[9] Guerra, Paula - *A cidade na encruzilhada do urbano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Documento Policopiado, 2002. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8432.pdf>.

[10] Marques, Teresa Sá – *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*. Porto: Afrontamento, 2004.

[11] Rémy, Jean & Voyé, Lilianne – *Cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento, 1994.

[12] Freitas, Maria João - *Recentramento do Olhar nas Questões de Habitação*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 3 (2001), p. 21 – 39, 2001. Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3469>.